

POR UMA NOVA POLÍTICA DE SEGURANÇA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSTAS

1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

Neste documento estão sistematizados os principais temas que mobilizaram as reuniões do *Grupo de Trabalho Segurança (GT-Segurança)* criado pela Portaria do Gabinete do Reitor (GR) nº 6550, publicada em 13 de maio de 2014.

As atividades do GT tiveram início em 04 de julho de 2014 e estavam inicialmente previstas para se desenvolver em 90 dias (até 02 de outubro). Esse prazo foi prorrogado por mais 90 dias (até o final de dezembro) em função tanto da complexidade dos temas abordados quanto das dificuldades que se apresentaram durante a greve ocorrida na Universidade entre maio e setembro de 2014.¹

A previsão era a de ainda se contar com mais algumas semanas (até meados de fevereiro de 2015) para que, posteriormente ao período de recesso escolar e de férias da maioria dos membros do GT, fosse elaborada e aprovada uma redação final coletiva para o documento.

Considerando que a última reunião do GT ocorreu em 09 de dezembro de 2014 e que, ao retornar das férias, em 20 de janeiro de 2015, fui comunicada pelo Chefe de Gabinete do Reitor que estavam encerradas as minhas atividades à frente da Superintendência de Segurança e conseqüentemente da presidência do GT, assumo a inteira responsabilidade pela redação que ora dou a este documento e o entrego na expectativa de que ele possa contribuir para futuros debates e tomadas de decisão.

¹ - As atas das reuniões, as listas de presença e todo o material pertinente aos trabalhos do GT se encontram no Proc. 2014.1.9675.1.4.

2. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que, nos últimos anos, nas universidades públicas de todo o país, serviços essenciais considerados “atividades meio” (como alimentação, limpeza e segurança) e não “atividades fim” (ensino, pesquisa e extensão) estão em pleno processo de terceirização, coloca-se para a Universidade de São Paulo se ela seguirá essa tendência geral ou se adotará outro tipo de política para tratar questões pertinentes à segurança das pessoas e do patrimônio material em seus *campi*.

Não existem ainda estudos consistentes sobre os resultados, seja a curto, médio ou longo prazo, das múltiplas conseqüências da terceirização dos serviços de segurança em universidades públicas brasileiras. Aliás, mal existem estudos sobre as políticas de segurança praticadas nas universidades do país, sendo mais do que urgente a realização de pesquisas que sistematizem e avaliem diferentes experiências a fim de melhor subsidiar as decisões dos gestores.

Apesar da escassez desse material analítico, julgados de vários tribunais de justiça apresentam decisões que demonstram ser economicamente problemática a terceirização dos serviços de segurança não apenas em universidades mas em outras instituições públicas federais, estaduais e municipais.

Embora, em um primeiro momento, a redução do número de funcionários ligados à segurança pessoal e patrimonial represente uma economia nas folhas de pagamento de órgãos públicos, muitas das empresas que oferecem serviços de segurança privada no Brasil têm apresentado uma série de problemas que, não raramente, levam-nas à falência, sobrando para as instituições públicas contratantes o ônus de arcar com encargos trabalhistas. Em vários desses casos, o montante de tais encargos supera as economias acumuladas durante o período de terceirização dos serviços.

Não bastasse esse aspecto econômico, o perfil majoritário dos trabalhadores das empresas de segurança privada no Brasil é comprometido por problemas que vão desde a baixa escolaridade e a falta de capacitação para o devido exercício de suas atividades até a alta rotatividade e o

fato de alguns serem oriundos de corporações policiais das quais foram expulsos, obviamente por graves motivos. Os responsáveis por essas empresas (muitas vezes não os que legalmente constam como tais) são também, em vários casos, ex-policiais cujos interesses no campo da segurança não necessariamente convergem com o que se espera de uma política de cuidados e atenções com populações e bens patrimoniais como os que existem em universidades.

Levando em conta esse cenário, aqui meramente esboçado, bem como estudos referentes a políticas de segurança praticadas em universidades estrangeiras e especialmente considerando as configurações e atuações ainda militarizadas das polícias no Brasil (do que resulta seu despreparo para lidar de forma preventiva com a criminalidade e para se inserir na vida pública respeitando estritamente preceitos do Estado Democrático de Direito), **este documento se norteia pelo pressuposto de que uma nova política de segurança para a USP não deve facilmente se deixar seduzir nem por ganhos econômicos imediatos do processo de terceirização nem pela ilusão de que corporações policiais estão preparadas e disponíveis para efetuar, por conta própria, trabalhos preventivos e repressivos de qualidade no interior dos campi.**

Por fim, considerando que a USP, diferentemente de outras universidades públicas brasileiras, ainda possui uma Guarda Universitária que completou 30 anos em 2014, a qual acumula, portanto, uma larga experiência frente aos desafios enfrentados no cotidiano universitário (os quais vão muito além de questões ligadas à criminalidade violenta), há que se aproveitar esse grupo de profissionais, da melhor forma possível, antes que com eles se repita o que está acontecendo com os aproximadamente 500 vigias, funcionários da USP, cujas crescentes restrições médicas para o exercício de suas atividades se somam ao desestímulo e a desvios de função frente à extinção de suas atividades nos quadros da Universidade.

A USP ainda tem a possibilidade de se tornar referência para a produção de conhecimento e de modelos alternativos e inovadores no campo da segurança universitária, mas para que isso ocorra é preciso, o quanto antes, somar vontade política ao empenho de profissionais (acadêmicos e práticos) especialistas em segurança pública, direitos humanos e violência.

São sugestões que apontam nessa direção que seguem pontuadas no próximo item e em seus subitens.

A ordem em que eles são apresentados não indica prioridades, mas a percepção de que uma **nova política de segurança para a USP deve articular medidas de ajustes internos da SSEG com inovações nos canais de comunicação existentes ou a serem criados entre ela, a comunidade USP e outras instâncias administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, assim como com instâncias da sociedade civil organizada e dos governos municipal e estadual.**

Trata-se, portanto, de uma política de alto grau de complexidade no que tange ao seu planejamento, execução e processos de contínua avaliação.

3. QUADRO-SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUAL: AVALIAÇÃO E PROPOSTAS

3.1) Política de ajustes internos e de funcionamento da Superintendência de Segurança (SSEG) para a valorização, qualificação e otimização dos serviços prestados.²

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>O organograma da SSEG em vigor ainda é o elaborado pela gestão anterior. Ele é excessivamente centralizador, ineficiente e oneroso para a Universidade. De maio a setembro de 2014 ele foi exaustivamente discutido, revisto e finalmente aprovado, tanto internamente quanto pelo setor responsável da Reitoria (Proc. 2012.1.4512.1.8).</p>	<p>O novo organograma distribui melhor as responsabilidades, permite maior contato e articulação entre os diversos setores, além de valorizar mais os profissionais envolvidos. É necessário que ele seja imediatamente aprovado e implementado, até porque, na prática, já está em vigor e já trouxe ganhos para o cotidiano de trabalho e os cofres públicos.</p>	<p>Otimizar recursos humanos e financeiros.</p> <p>Reconhecer uma nova e mais adequada dinâmica de trabalho interna.</p>
<p>Foi criado em maio de 2014 um <i>Grupo de Trabalho Interno (GTI)</i> na SSEG, o qual permaneceu ativo até setembro de 2014 e contou com a participação dos agentes que ocupavam posições de chefia. Foram pautadas questões emergenciais (identidade visual da GU – uniformes e viaturas), foi revisto o organograma e foram discutidas medidas necessárias para ajustes internos.</p>	<p>A proposta era transformar esse <i>GTI</i>, em 2015, assim que fosse aprovado o novo organograma, em uma espécie de <i>Conselho Deliberativo da SSEG</i>. Ele contaria com a presença de todas as chefias previstas no novo organograma, nos moldes de um Conselho Departamental de unidade de ensino, cabendo ao(à) Superintendente presidir o Conselho e com ele deliberar.</p>	<p>Avaliar, coletiva e continuamente, no interior da SSEG, os principais problemas, acertos e equívocos relativos à segurança nos <i>campi</i> da USP, de modo a compartilhar decisões, diretrizes, formular projetos e consensuar questões pertinentes a recursos humanos e materiais.</p>

² - Vale registrar que respondem diretamente à SSEG somente os Guardas Universitários (agentes de segurança) dos três *campi* da Capital (Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira – CUASO/ Butantã; Quadrilátero da Saúde e Direito e campus da USP-Leste), bem como os que ocupam a função de chefes dos escritórios avançados dos *campi* do interior (um total de aproximadamente 110 funcionários). As equipes operacionais da Guarda Universitária do interior respondem às respectivas prefeituras e também não respondem diretamente à SSEG os vigias da USP e os vigilantes terceirizados.

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>As atuais instalações físicas da SSEG, no campus Butantã, dividem-na entre a Prefeitura (Central de Operação de Rádio e Atendimento Telefônico), parte do prédio administrativo (vestiários da GU e salas dos setores administrativo e operacional) e a Base Primo (R. do Anfiteatro – Central de Monitoramento Eletrônico).</p>	<p>É fundamental que todos os setores reúnem em um único espaço físico, como a antiga sede do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), local tecnicamente analisado e constatado, em setembro de 2014, como adequado para acolher toda a SSEG, com destaque para uma entrada independente e uma sala de dimensões corretas para acolher uma nova central de monitoramento.</p>	<p>Melhorar a comunicação interna entre os setores, a integração entre as equipes e a qualidade dos serviços prestados. Adequar a infraestrutura da SEG para os desafios já enfrentados e os que virão.</p>
<p>As equipes operacionais da Guarda Universitária (GU) se encontram reduzidas em vários <i>campi</i>.</p> <p>Não poucos agentes estão próximos à aposentadoria e alguns aderiram ao PIDV (Plano de Incentivo à Demissão Voluntária).</p> <p>Há um número desproporcionalmente pequeno (ou inexistente) de mulheres frente ao de homens na composição de todas as equipes.</p>	<p>Considerando a atual suspensão de novas contratações de funcionários, cabe analisar a possibilidade de abertura imediata de concurso interno para que preferencialmente funcionárias mulheres possam migrar de suas atuais funções para a função de agentes de segurança.</p> <p>Assim que for possível retomar uma política de novas contratações, cabe reavaliar a necessidade de agentes homens e estudar a criação de uma carreira de Guarda Universitária Feminina.</p>	<p>Manter, de imediato, a capacidade operacional das equipes da Guarda Universitária para não comprometer sua operacionalidade.</p> <p>Melhorar e aumentar, a médio prazo, a qualidade e o tipo de serviços prestados, equilibrando a participação de homens e mulheres na composição das equipes, o que possibilitará o oferecimento de atendimentos mais adequados, especialmente frente a demandas que envolvem violência de gênero.</p>

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>A SSEG não conta com um Regimento/Estatuto que detalhe quais são suas atribuições e como elas devem se desenvolver.</p>	<p>Pretendia-se, com o auxílio da Procuradoria geral (PG) e o da Superintendência Jurídica (SJ), criar tal Estatuto/Regimento para que, independentemente de quem respondesse pela SSEG, houvesse transparência em relação a procedimentos administrativos e deliberativos internos, bem como a continuidade de certos projetos e ações estratégicos de médio e longo prazo.</p>	<p>Permitir o controle interno e externo das políticas e atuações da SSEG por outros setores da USP e da sociedade.</p>
<p>Estão tacitamente acordados, de forma não objetiva e por vezes confusa, um conjunto de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para as equipes da GU de todos os <i>campi</i>.</p>	<p>Iniciaram-se, em outubro de 2014, tendo à frente o então Assessor de Assuntos Comunitários da SSEG (Prof. Guaracy Mingardi) e a Chefia das Equipes Operacionais dos <i>campi</i> da Capital, estudos para a elaboração de um novo conjunto de POPs. A previsão era de que em março de 2015 eles fossem sistematizados e divulgados para as GUs de todos os <i>campi</i>, ocasião em que haveria a realização de <i>workshops</i> para os devidos esclarecimentos e ajustes.</p>	<p>Permitir um melhor planejamento da operacionalidade das equipes, a uniformização de certas condutas de atendimento e de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela GU nos vários <i>campi</i>.</p>

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Estão defasados ou nunca foram oferecidos cursos de formação e capacitação para guardas de diversos <i>campi</i> (primeiros socorros, brigada de incêndio, relacionamento com crianças e adolescentes, atendimento a vítimas de violência sexual etc).</p>	<p>A previsão era a de implementar, a partir de fevereiro de 2015, um cronograma de cursos, de acordo com as necessidades mais prementes de cada <i>campi</i>, aproveitando a <i>expertise</i> de profissionais da USP e de parceiros externos.</p> <p>Alguns cursos-piloto, em parceria com a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, ocorreram entre novembro e dezembro de 2014, no campus Butantã, com boa adesão dos guardas.</p>	<p>Valorizar, estimular e otimizar recursos humanos</p> <p>Melhorar os atendimentos prestados à comunidade.</p>
<p>Nunca foram realizados <i>Seminários Internos</i> com os Guardas Universitários que lhes proporcionassem momentos de estudo e reflexão a respeito de seu próprio trabalho.</p>	<p>No campus do Butantã, o primeiro seminário interno estava planejado para fevereiro de 2015. Seria avaliado um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de autoria de uma major da policial militar no qual ela analisa a GU da USP.</p> <p>A ideia era tornar periódica a ocorrência desses seminários nos maiores <i>campi</i>.</p>	<p>Aumentar a integração entre os agentes e estimular reflexões sobre o próprio trabalho.</p>
<p>Nunca foi realizada uma “Pesquisa de Opinião” com os Guardas Universitários.</p>	<p>Estavam planejadas para o 1º semestre de 2015 a execução e análise de uma primeira pesquisa desse tipo com as equipes operacionais dos <i>campi</i> da Capital. A partir do 2º semestre a pesquisa se estenderia para as equipes dos demais <i>campi</i>.</p>	<p>Mapear os principais problemas, acertos e equívocos das ações operacionais da GU, a partir dos pontos de vista dos próprios Guardas Universitários, tendo por meta consensuar e melhor ajustar procedimentos e estratégias.</p>

3.2) Política de articulação entre a Superintendência de Segurança, empresas de vigilância terceirizada e instâncias da Universidade responsáveis pela elaboração e execução de contratos.³

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Contratos entre a USP e empresas de vigilância terceirizada estão entre os de maior valor firmados pela Universidade. Mesmo assim, eles estipulam condições muito básicas e insuficientes para a execução de serviços de maior qualidade nos <i>campi</i>.</p>	<p>A medida que contratos vigentes terminem e novos forem elaborados, cabe rever, com o apoio da Procuradoria Geral (PG) e da Superintendência Jurídica (SJ), certas exigências contratuais para melhorar a qualidade dos serviços prestados.</p>	<p>É preciso melhorar os serviços prestados pelas empresas de vigilância, pois apesar de seus funcionários serem terceirizados, são eles que se encontram em maior número espalhados pelos <i>campi</i> sendo percebidos como responsáveis pela segurança na Universidade (e inclusive são confundidos com Guardas Universitários).</p>
<p>Em alguns <i>campi</i> são ruins ou mesmo péssimas as condições que a Universidade oferece para que vigilantes terceirizados prestem bons serviços, especialmente aqueles cujos postos se encontram em guaritas de áreas comuns (ruas e estacionamentos). Várias guaritas estão mal posicionadas e conservadas.</p>	<p>É urgente redistribuir postos, reformar, construir e/ou eliminar guaritas, para o que se faz necessário um bom diálogo entre a SSEG, as Prefeituras e a Superintendência do Espaço Físico(SEF).</p>	<p>Otimizar recursos humanos e materiais. Aumentar a credibilidade, qualidade e execução dos serviços prestados por empresas de vigilância terceirizada.</p>

³ - Somente no campus Butantã existem aproximadamente 600 postos de vigilância terceirizada, o que representa em torno de 1.800 homens distribuídos por esses postos ao longo de 3 turnos que cobrem as 24h do dia, em alguns casos 7 dias por semana. Nesse campus, há postos tanto nas áreas comuns (ruas, avenidas, estacionamentos e portaria/ acessos) quanto no interior das unidades administrativas, de ensino e pesquisa.

3.3) Política de articulação entre a Superintendência de Segurança e vigias orgânicos (funcionários USP lotados especialmente em unidades)

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Até dezembro de 2014 eram mais de 500 os vigias orgânicos (homens e mulheres) espalhados por unidades de todos os <i>campi</i>. Muitos estavam próximos à aposentadoria, com restrições médicas, desestimulados e em desvio de função.</p> <p>Esses vigias respondem aos dirigentes das unidades de ensino e pesquisa ou setores administrativos em que trabalham.</p>	<p>Cabe valorizá-los, oferecendo-lhes cursos de formação e capacitação e mantê-los sob a responsabilidade dos dirigentes das respectivas unidades em que trabalham.</p> <p>A SSEG pode dar apoio e colaborar com as diretrizes de ação que melhor os integrem à política de segurança geral da Universidade e às ações da GU.</p>	<p>Melhorar o aproveitamento do efetivo desses vigias, pois apesar de se encontrarem em uma função em extinção (para a qual não são abertas novas vagas), eles podem dar um suporte importante para a GU e muitos deles são os que mais têm contato com a comunidade estudantil no interior das unidades de ensino e inclusive com o público em geral que visita os museus da USP.</p>
<p>A nomenclatura e as especificações da função de vigia é confusa. (Porteiros? Recepcionistas? Zeladores?).</p>	<p>É urgente avaliar as situações de desvio de função e rever, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos (DRH), a nomenclatura e as especificações da função de vigia.</p>	<p>Aclarar o que compete realmente aos vigias para que haja uma maior articulação entre suas atividades, as dos vigilantes terceirizados e as políticas da SSEG operacionalizadas pela GU.</p>
<p>Há alguns vigias ainda jovens, em boas condições físicas, com qualificações semelhantes às exigidas dos Guardas Universitários e que expressam o desejo de se integrar à GU.</p>	<p>Analisar a possibilidade de abertura imediata de um concurso interno para que interessados possam migrar de suas atuais funções para a de agentes de segurança na GU.</p>	<p>Estimular os(as) melhores vigias a prosseguir atuando e se aperfeiçoando no campo da segurança e reforçar/ renovar as equipes operacionais da GU mais carentes de novos agentes.</p>

3.4) Política de articulação entre a Superintendência de Segurança e a comunidade USP.

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
Em outubro de 2014, na Capital, tiveram início a realização de plenárias em que o(a) Superintendente e agentes da GU compareceram às unidades a pedido dos(as) dirigentes, docentes, discentes e/ou funcionários: Farmácia (29/10); História e Geografia (29/10); Saúde Pública (06/11).	Estavam previstos novos agendamentos, em unidades da Capital e do interior, a partir do início de fevereiro de 2015.	Contatos diretos e frequentes com as unidades e a comunidade USP permitirão à SSEG atualizar demandas específicas, publicizar e ajustar diretrizes e atuações.
Em 20/10/14, na Sala do Conselho Universitário (CO), ocorreu o “1º Seminário da GU Aberto à Comunidade” (aproximadamente 150 participantes). O 2º se deu em 09/12 no Anfiteatro Vermelho do Instituto de Química (aproximadamente 80 participantes).	A previsão, para 2015, era a de, a partir de março, manter a periodicidade bimestral desses Seminários e levá-los aos <i>campi</i> do interior.	Contatos mais diretos entre a SSEG e a comunidade USP para abrir canais de comunicação imprescindíveis ao aprimoramento e ao aumento da credibilidade dos serviços prestados pela SSEG/ GU.
Nunca foi realizada uma pesquisa de opinião com toda a Comunidade USP sobre Segurança/ Cuidados/ Atenções nos <i>campi</i> .	Estava planejada para o 1º semestre de 2015 a elaboração do projeto da <i>1ª Pesquisa de Opinião sobre segurança nos campi da USP</i> e no 2º semestre se daria sua execução e análise.	Mapear os principais problemas, acertos e equívocos, segundo discentes, funcionários(as) e docentes, possibilitará ajustes de propostas e estratégias da SSEG, além de torná-la mais próxima à comunidade.

3.5) Política de produção de conhecimento e divulgação de informações sobre prevenção, proteção e segurança na USP ⁴

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Há pouquíssimo material sistematizado e praticamente nenhuma análise sobre o tema “<i>Segurança na USP</i>”. Todavia, os(as) agentes de segurança mais antigos(as) da GU guardam em suas memórias e em acervos particulares informações valiosas sobre políticas de segurança já praticadas na Universidade.</p>	<p>A partir de abril de 2015 (edital em fevereiro e seleção em março), no Campus Butantã, a proposta era disponibilizar duas bolsas de graduação (com 1 ano de duração cada) para se iniciar uma coleta de dados referente ao que já foi feito na USP no campo da Segurança, especialmente ao longo dos 30 anos de existência da GU (<i>Projeto Memória da GU</i>).</p>	<p>Trazer à luz um material inédito no campo da segurança pública brasileira estimulará pesquisas semelhantes, em outras universidades do país, criando um referencial bibliográfico hoje inexistente.</p>
<p>Um <i>site</i> para a SSEG está em fase avançada de construção e inclusive professores e estudantes do Instituto de Matemática e Estatística (IME) deram sugestões e se dispuseram a auxiliar em sua implementação e aperfeiçoamento.</p>	<p>O lançamento da estrutura básica do <i>site</i> estava previsto para o final de fevereiro de 2015, durante a <i>Semana dos Calouros</i>.</p>	<p>Ativar canais de comunicação entre a SSEG e a comunidade USP, bem como entre setores da própria SEG permitirão o contínuo aperfeiçoamento e ajuste de projetos e ações.</p>
<p>Praticamente inexistente um Serviço Técnico de Estatística e Análise de Dados na SEG. Diariamente é produzido um relatório das ocorrências registradas pela Central de Operações, mas elas não são sistematizadas e analisadas em séries históricas ou lançadas em programas de georeferenciamento, além de se referirem somente aos <i>campi</i> da Capital.</p>	<p>Pretendia-se priorizar a implantação desse serviço, previsto no novo organograma, contando com ao menos um profissional da área de estatística, além de estagiários, tanto para recuperar dados já produzidos e deles tirar proveito analítico, quanto para se passar a produzir e publicar estatísticas e análises regulares das ocorrências nos <i>campi</i>.</p>	<p>Dar suporte ao planejamento e à gestão da SSEG, tornando mais claros os pontos críticos e as estratégias necessárias ao seu enfrentamento. Tornar transparentes à Comunidade USP e à sociedade em geral as ocorrências dos <i>campi</i>, os serviços prestados pela GU e as políticas adotadas pela SSEG.</p>

⁴ - A 1ª Pesquisa de Opinião sobre segurança nos campi da USP também caberia neste item.

3.6) Política de colaboração entre a SSEG, Prefeituras, outras instâncias da USP e parceiros externos

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Desde maio de 2014, contatos frequentes se estabeleceram entre a SSEG e a Prefeitura do campus Butantã.</p> <p>A SSEG, que não contava com um assento no Conselho Gestor do campus, conquistou-o no final de 2014.</p> <p>Foram muitas as reuniões de trabalho e mesmo situações críticas em que Prefeito e Superintendente compartilharam problemas e estratégias para enfrentá-los de forma articulada. .</p> <p>Destacam-se entre as atividades que estavam em andamento até dezembro de 2014:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) a fase final do projeto de um novo sistema de monitoramento eletrônico nas áreas comuns dos <i>campi</i> Butantã e USP-Leste; 2) tratativas relacionadas à implementação da nova regulamentação de eventos e festas; 3) estratégias comuns frente ao trânsito de veículos e esportistas no campus Butantã, especialmente em função da instalação da ciclovia e da faixa exclusiva de ônibus; 4) a criação de uma nova política de controle de acesso de pessoas e veículos (motos, bicicletas) entre a comunidade São Remo e o campus Butantã. 	<p>É preciso incrementar contatos entre a SSEG e as Prefeituras dos <i>campi</i> do interior de modo a criar estratégias comuns de ação voltadas para a segurança de pessoas e do patrimônio.</p> <p>Também cabe criar estratégias convergentes para a atuação das várias equipes da GU existentes nos diversos <i>campi</i>, respeitadas suas particularidades e a autoridade dos prefeitos frente às equipes da GU de seu campus.</p> <p>Tornar mais frequente a presença e participação da SSEG nas reuniões dos Conselhos Gestores de todos os <i>campi</i> era uma decisão a ser implementada a partir de 2015.</p>	<p>Tornar a SSEG uma instância de contato e de articulação entre as Prefeituras dos vários <i>campi</i>, no que diz respeito à segurança, era o principal resultado esperado.</p>

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Desde abril de 2014, a SSEG passou a responder a todos os e-mails que lhe foram repassados pela Ouvidoria Geral da USP e a enviar a esse órgão informações que lhe permitisse acompanhar as ações adotadas pela SSEG⁵.</p>	<p>Criar, a partir de fevereiro de 2015, uma troca mais constante e direta de informações entre a Ouvidoria Geral da USP e o “Fale Conosco” da SSEG, previsto no novo <i>site</i>.</p>	<p>Agilizar respostas e ações da SSEG e da Ouvidoria Geral da USP frente a várias demandas de usuários dos <i>campi</i> no que diz respeito à segurança, tornado assim, SSEG e Ouvidoria mais confiáveis e próximas da comunidade USP.</p>
<p>Foram vários os casos e situações, desde abril de 2014, em que a SSEG e a SAS tiveram oportunidade de compartilhar desafios e encaminhar problemas de forma conjunta, tanto durante o período de greve quanto no final do ano.</p>	<p>Criar na SSEG, em parceria com a SAS, um serviço especializado de atendimento e apoio a vítimas de violência, em especial de violência de gênero, de modo a que denúncias não apenas sejam registradas e encaminhadas para a devida apuração, mas propiciando acolhimento às vítimas por profissionais da USP competentes para isso (psicólogos, por exemplo).</p> <p>Este tema foi pautado no grupo presidido pelo Dr. José Gregori, criado no final de 2014, diante da demanda do Reitor de a USP se a posicionar e atuar, em sintonia com preceitos e práticas de direitos humanos, frente às denúncias de violência sexual sofridas por estudantes da Faculdade de Medicina.</p>	<p>Contribuir para uma efetiva e devida atuação da USP frente a muitas demandas e situações críticas advindas de sua própria comunidade interna.</p>

⁵ - Ex: atendendo a várias demandas recebidas pela Ouvidoria e repassadas à SSEG, esta solicitou à Prefeitura e à SEF, em outubro de 2014, que um antigo quiosque abandonado nas proximidades da Portaria 3 fosse reformado para que se tornasse um posto fixo e avançado da GU, pois o local, segundo vários estudantes e usuários da região, apresenta altos índices de assaltos. A SSEG aguardava, até 23/01/2015, um retorno da SEF para prosseguir com esse projeto, inclusive utilizando verbas próprias para a reforma do local.

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Vários também foram os casos e situações, desde abril de 2014, em que a SSEG e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), em especial a o Núcleo de Direitos e o USP Diversidade, compartilharam desafios e encaminharam problemas de forma conjunta.</p>	<p>Fortalecer cada vez mais a parceria entre a SSEG e a PRCEU no que diz respeito a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) cursos de capacitação e formação para Guardas e vigias; 2) na elaboração e implementação de políticas de recepção aos calouros, contra trotes violentos; 3) em campanhas de conscientização de respeito a direitos (de idosos, deficientes, crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual) e contra a homofobia e quaisquer outros preconceitos. 	<p>Melhorar a imagem pública da USP no campo da efetivação de políticas que respeitem e reforcem os princípios dos direitos humanos.</p>
<p>Contatos com várias instâncias do Poder Público responsáveis por segurança (Ministério Público, Polícias, Companhia de Engenharia de Tráfego, SAMU) foram avaliados, estabelecidos ou mesmo criados pela USP, ao longo do 2º semestre de 2014, e a SSEG esteve sempre presente nessas ocasiões.</p>	<p>No que diz respeito à uma política de segurança a ser implementada nos <i>campi</i> da USP, não resta dúvida de que parecerias com instâncias do Poder Público estadual e dos municípios são necessárias e bem vindas. Todavia, neste 1º semestre de 2015, o desafio era pensar em que moldes estabelecer tais parcerias.</p>	<p>Ao estabelecer parcerias com outras instâncias do Poder Público responsáveis por segurança, a USP pode contribuir para que elas conheçam melhor os desafios de <i>campi</i> universitários e se preparem para enfrentá-los com a devida <i>expertise</i>, não apenas na USP, mas em outras Universidades do país.</p>

3.7) Política emergencial e de médio prazo para situações críticas no campus do Butantã (CUASO – Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira) e em alguns *campi* do interior

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>O monitoramento eletrônico em praticamente todas as áreas comuns dos <i>campi</i> está sucateado, é insuficiente e ultrapassado.</p> <p>Na maioria das unidades em que há câmeras internas o sistema está interligado a uma central da unidade que não repassa informações à Guarda Universitária e à SSEG.</p> <p>No campus do Butantã, em novembro de 2014, 8 câmeras de praças e avenidas foram revitalizadas, graças a uma parceria entre a SSEG e a Prefeitura, as quais, conforme já apontado, também coordenam a elaboração de um novo e grande projeto de monitoramento eletrônico para as áreas comuns dos <i>campi</i> do Butantã e da USP-Leste.</p>	<p>Implementar esse novo sistema de monitoramento nos <i>campi</i> do Butantã e da USP-Leste, como um piloto para outros <i>campi</i>, é urgente, mas não sem antes elaborar uma campanha de esclarecimento de seus benefícios para estudantes, funcionários e docentes e sem se estruturar, simultaneamente, uma nova central de monitoramento.</p> <p>Assim que o projeto saísse do papel e se encaminhasse para a implementação, pretendia-se elaborar tal campanha de esclarecimento e dar andamento à construção da nova central de monitoramento, o que implicaria já ter definido o novo local para a sede da SSEG no campus do Butantã. Pretendia-se também recomendar que todas as unidades tivessem algum sistema de monitoramento eletrônico de suas áreas internas (corredores, saguões) articulado à central de monitoramento do respectivo campus e que esse, por sua vez, se comunicasse com a grande central de monitoramento da SSEG.</p> <p>A médio prazo, essa proposta deveria alcançar todos os <i>campi</i>.</p>	<p>Um novo sistema de monitoramento eletrônico nas áreas comuns dos <i>campi</i>, aceito pela comunidade e devidamente integrado a uma nova central de monitoramento, com profissionais capacitados para operá-la, permitirá um gerenciamento inteligente dos <i>campi</i> e a otimização de recursos humanos e materiais.</p> <p>Guardas Universitários, vias e vigilantes terceirizados poderão ser melhor aproveitados em atividades de atendimento aos usuários; o número de vigilantes terceirizados talvez possa ser reduzido; a circulação de pedestres e veículos será acompanhada em tempo real, bem como ocorrências de diversas naturezas, melhorando a qualidade de vida nos <i>campi</i>.</p>

Situação Atual	Propostas	Resultados Esperados
<p>Desde outubro de 2014, a SSEG e o USP-Diversidade, além de outros grupos, como o <i>Diversitas</i>, estão empenhados em elaborar uma <i>Semana de Recepção aos Calouros</i> que enfrente o grave problema dos trotes violentos.</p>	<p>A Guarda Universitária dará todo o apoio às ações de conscientização contra os trotes violentos e, em caso de ocorrerem, a ações necessárias ao seu controle, coibição e devida apuração de responsabilidades.</p>	<p>A USP não pode se calar diante de abusos e desrespeitos a direitos no interior de seus <i>campi</i>, em especial entre setores de sua própria comunidade. Demonstrações de que a Universidade está atenta e ativa nessa direção devem ser fartamente alardeadas.</p>
<p>Denúncias de abusos e de violência sexual sofridas por estudantes mulheres da Faculdade de Medicina e de outras unidades da USP, no interior dos <i>campi</i>, ganharam espaço na mídia nos últimos meses de 2014. Elas receberam os apoios do Ministério Público e da Assembléia Legislativa de São Paulo que instalaram uma CPI para apurar os casos.</p> <p>Um grupo presidido pelo Dr. José Gregori e composto por representantes da PRCEU, da Prefeitura da Capital, da própria Faculdade de Medicina, da SSEG e do Núcleo de Estudos da Violência da USP foi constituído para acompanhar os casos e pensar na melhor forma de a USP se posicionar.</p>	<p>Além das atuações desse grupo e de medidas a médio e longo prazo é preciso que medidas imediatas sejam tomadas com os recursos já disponíveis.</p> <p>Como a USP é herdeira de uma longa tradição na luta por e na conquista de direitos, ela precisa reforçar seu protagonismo nessa frente. E como são muitos os professores, estudantes e funcionários que militam em prol dos direitos humanos, o grupo presidido pelo Dr. José Gregori deveria ser, antes de tudo, um articulador e potencializador dessas experiências.</p> <p>No que compete à SSEG e à GU, a idéia, conforme já exposto no item 3.6, era nela criar, em parceria com a SAS, um serviço especializado de atendimento e apoio a vítimas de violência, em especial de gênero.</p>	<p>Diante de problemas de alta complexidade, como costumam ser os relacionados à violência e a demandas por direitos, as soluções exigidas também são complexas e demandam vontades políticas articuladoras, sensíveis à interdisciplinaridade e ao protagonismo coletivo de várias frentes de atuação.</p> <p>Se a USP for capaz de reunir seus muitos pesquisadores no campo dos direitos, diante de fatos graves que apontam para violações (tanto de pessoas que se denunciam vítimas e passam a ser perseguidas por isso, quanto de pessoas que são acusadas e também passam a ser perseguidas por isso antes que os fatos serem apurados) e se ela for capaz de articulá-los de forma inovadora e eficaz em termos de reflexões e de encaminhamentos alinhados com os princípios dos direitos humanos, ela estará prestando um serviço inestimável à construção da cidadania.</p>

4.) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi exposto, percebe-se o muito que se trabalhou, de abril a janeiro de 2014, para que, a partir de 2015, fosse possível dar início a uma nova política de segurança na Universidade de São Paulo.

Sem que decorresse esse tempo de 9 meses de gestação e de trocas de idéias não teria sido possível chegar a este documento que, embora finalizado às pressas, contem as principais diretrizes e os mais significativos consensos para que decisões sejam tomadas e ações implementadas.

Entre os consensos destaco a conclusão de que diante da atual crise financeira enfrentada pela USP, o processo de terceirização da segurança em seus *campi* não pode e mesmo não deve ser sustado, em especial no que diz respeito à segurança dos bens patrimoniais/ materiais, mas que ele não deve se dar de forma acrítica e a ponto de implicar o enfraquecimento da Guarda Universitária, cujo papel, pelo contrário, deve ser o de conduzir com pulso forte as várias frentes que compõem a segurança praticada na Universidade.

É a USP, em função de suas atividades fim, que deve ditar o ritmo e os rumos do processo de terceirização da segurança em seus *campi*, bem como é ela que deve conduzir os ajustes necessários com parceiros externos, representantes de outras instituições do Poder Público.

Mas o principal consenso foi o de que o sucesso de uma nova e adequada política de segurança para a USP deve ter como paradigma a compreensão de *segurança* como um complexo de cuidados e atenções para com os usuários e usuárias dos *campi*. Isso implica afirmar que a Superintendência de Segurança, e conseqüentemente uma Guarda Universitária devidamente valorizada e qualificada, articuladas com as demais Superintendências, Prefeituras, Pró-Reitorias e todos os setores da Comunidade USP devem protagonizar o gerenciamento desse complexo de cuidados e atenções.

Insisto que atividades ligadas à *segurança* de pessoas e de bens materiais em uma Universidade das dimensões cultural e física da USP, apesar de serem atividades meio para que se realizem suas atividades fim, são decisivas para a qualidade de vida de todos os que transitam pelos *campi*. Algo tão valioso precisa estar sob o gerenciamento da própria Universidade, cabendo a um quadro funcional próprio, valorizado, capacitado e bem articulado interna e externamente, a condução e contínua avaliação desse desafio.



Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

alps@usp.br

São Paulo, 26 de janeiro de 2015.